

# AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: LEI 10 639/2003 E SUA OBRIGATORIEDADE PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO PAÍS

Érica Cristina Caetano \*  
Paulo Sérgio Moreira Silva \*\*

## RESUMO

O presente artigo busca fazer uma análise sobre a lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e Afro-brasileira, nas instituições públicas e particulares do ensino fundamental ao ensino médio. Através de uma pesquisa bibliográfica foram realizados levantamentos sobre a importância das relações étnico-raciais e a trajetória da educação dos negros no Brasil. Para verificar a aplicação da lei 10.639/03 nas instituições, foi realizada uma entrevista com gestores, professores e alunos de uma escola pública do Município de Patos de Minas/MG. A partir dos levantamentos foi estabelecida uma comparação entre a teoria da lei e como é sua aplicabilidade na escola e quais são os empecilhos para o trabalho com essa lei nas instituições de ensino.

**Palavras-chave:** Lei 10.639/03. Relações étnico-raciais. Educação.

---

\*Graduanda em  
Pedagogia pelo Centro  
Universitário de  
Patos de Minas-  
(UNIPAM) E-mail:  
ericaadd@hotmail.com

\*\*Doutor pela  
Universidade Federal  
de Uberlândia (UFU).  
Professor do Centro  
Universitário de  
Patos de Minas.

## ABSTRACT

The present article seeks to analyze Law 10.639 / 03, which establishes the obligation to teach African and Afro-Brazilian history and culture, in public and private institutions from elementary to high school. Through bibliographical research were carried out surveys on the importance of ethnic-racial relations and the trajectory of the education of blacks in Brazil. To verify the application of law 10.639 / 03 in the institutions, an interview was conducted with managers, teachers and students of a public school in the Municipality of Patos de Minas / MG. From the surveys a comparison was made between the theory of the law and how it is applicable in school and what are the obstacles to working with this law in educational institutions.

**Keywords:** Law 10.639 / 03. Ethnic-racial relations. Education.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país moldado por várias culturas e de uma vasta diversidade cultural, socioeconômica e racial. Essa pesquisa busca enfatizar os estudos sobre as relações étnico-raciais e a implantação da lei 10.639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) tornando obrigatório no currículo oficial o ensino da história e cultura Africana e Afro-brasileira nas instituições públicas e particulares do ensino fundamental ao ensino médio. Para essa análise é preciso compreender o contexto histórico das relações étnico-raciais no Brasil. No contexto do país o ensino da cultura Africana, possibilita uma compreensão mais ampla sobre as origens e a formação cultural do Brasil. Desde o início da civilização existe o preconceito com os habitantes que aqui já moravam, com a tentativa de civilizar os indígenas, foi o princípio do preconceito, a afirmação de que os indígenas não eram civilizados. Logo após veio a tentativa de “Branqueamento” da civilização brasileira reafirmando ainda mais a ideia de que somente os povos europeus eram

considerados civilizados. A influência da África começou no século XVI quando os africanos chegaram ao Brasil através do tráfico negro, para trabalhar como escravos.

Eles trouxeram para o país, seus costumes e tradições que foram se expandindo e cada vez mais influenciando na formação da cultura Brasileira. No período colonial prevalecia a ideia de que as tarefas braçais e subalternas eram de responsabilidade dos negros e os brancos eram os líderes, que nasceram para mandar, nesse período os escravos africanos contribuíram através do serviço braçal para o crescimento econômico nas fazendas dos senhores de engenho. “Contudo, a contribuição africana contato com outras culturas.”(ANTONIL 1982, p. 89).

Já no século XXI mesmo com a importância que os negros e africanos tiveram para a construção da identidade cultural no Brasil, ainda existem questões a serem trabalhadas sobre o reconhecimento, valorização das questões culturais da África e as questões raciais levando a compreensão das diversidades raciais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014 os pretos ou pardos representavam 54% da população brasileira, mais da metade da população, e ainda assim o racismo é muito presente na sociedade, isso mostra a necessidade de compreender mais sobre a história e cultura no período colonial foi muito além do campo econômico, uma vez que, os escravos souberem reviver suas culturas de origem e recriarem novas práticas culturais através do

Africana e Afro-Brasileira e como os negros contribuíram para a formação social do país. Segundo o IBGE desses 54% da população negra brasileira só 17% são considerados ricos, e somente 12,8 % chegaram ao nível superior. Esses problemas estão relacionados com a falta de oportunidades e a precariedade da educação dos negros no Brasil. Pesquisas do IBGE revelam ainda que: “pessoas pretas e pardas têm mais probabilidade de viver em lares em condições precárias, sem acesso simultâneo a água, esgoto e coleta de lixo em relação a população que se declara branca.”

Essas desigualdades são resultados da desvalorização e descaso com a educação dos negros, e no contexto do país. A desvalorização vem desde os séculos passados onde os negros não possuíam direitos e eram considerados como seres inferiores, pela cor de sua pele.

## 2 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Em uma análise histórica entende-se que os africanos escravizados eram privados de aprender a ler e escrever, pois as poucas escolas tinham altos custos além de serem voltados somente para a educação dos senhores brancos. Os filhos dos escravos que trabalhavam em fazendas de padres jesuítas tinham o direito de frequentar a escola para receber lições de catecismo e aprender as primeiras letras, porém eles não podiam almejar estudos de instrução média e superior.

Nessas escolas dos jesuítas, as crianças negras eram submetidas a um “processo de aculturação, gerada pela visão cristã de mundo, organizada por um método pedagógico” de caráter repressivo que visava a “modelagem da moral cotidiana, do comportamento social”. (FERREIRA; BITTAR, 2000).

Em 1878 o Decreto de Leôncio de Carvalho criou os cursos noturnos para jovens e adultos, mas eram vetadas para os escravos, somente em 1879, um ano depois, foi permitido que os escravos livres e libertos frequentassem as escolas noturnas. Mas como eles necessitavam trabalhar o dia todo e o trabalho exaustivo, somente alguns escravos estudavam. Apesar de amparados por esse decreto, as escolas excluía de maneira interna os negros, através das formas de ensino e conteúdos que eram ministrados. Em 28 de Setembro 1871 foi instituída a Lei do Ventre Livre onde crianças nascidas de mulheres escravas a partir dessa data estavam livres e tinham direito a educação. Com essas mudanças veio o medo por parte dos senhores de como seriam as mudanças se os escravos tivessem uma educação parecida com a dos brancos, o que poderia resultar em uma revolta dos escravos contra os senhores. Eles então ameaçaram a Lei do Ventre Livre, pois tinham medo das mudanças que poderiam ocorrer com a educação dos escravos e como eles deixariam de exercer o trabalho braçal, deixariam também de produzir lucros para os senhores. E então foi criada uma lei onde só seriam educados aqueles que fossem entregues por seus senhores ao governo. Essa lei dizia que: “O governo poderá entregar a associações por ele autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data da instituição desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas ou tirados de poder deste em virtude [...] de maus tratos.”

Essa precariedade na educação dos escravos libertos foi assistida de forma passiva pelo governo que apesar de estabelecer leis para a escolarização dos escravos, não tomava providências para verificar o cumprimento destas leis. No século XX foram criados movimentos que lutavam por direitos iguais de negros e brancos, e o direito a uma educação igual para todos. E então os negros foram em busca dos seus direitos, conquistando cada vez mais seu espaço. A lei 10.639/03 e a discussões das relações étnico-raciais foram conquistas importantes desse movimento. Com isso a educação no Brasil da cultura Afro-brasileira e Africana é obrigatória.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) introduziu a lei 10 639/2003 essa obrigatoriedade para as instituições de ensino do país, colocando recomendações e ordenamentos para estimular o aprendizado desses conceitos. Essa resolução estabelece um núcleo de projetos político-pedagógicos como um dos focos de avaliação. A Educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos conscientes sobre as questões raciais, além de promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos e econômicos.

A educação das relações étnico-raciais deve ser conduzida, tendo como referência os seguintes propósitos “Consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidade e de direitos, ações que combatem o racismo e as discriminações”.

### **3 A LEI 10.639/03 EM SALA DE AULA**

A lei 10.639/03 foi a primeira lei sancionada pelo presidente Luís Inácio da Silva, ela é de autoria da deputada Esther Grossi (PT/RS) e foi resultado das lutas do movimento negro no Brasil. Essa lei altera a LDB 9.394/96 e torna obrigatório o ensino da história e cultura Africana e Afro-brasileira nas instituições de ensino, públicas e particulares do ensino fundamental ao ensino médio. Essa lei veio como um marco das questões antirracistas e para promover melhorias para a educação. É preciso enfatizar a importância do movimento negro na luta contra as desigualdades e discriminações. A escola é um lugar onde se encontra uma vasta diversidade socioeconômica e racial, um lugar onde diferentes pensamentos e concepções se encontram por isso a necessidade de mudar a educação e incluir assuntos relacionados com as questões raciais além de conscientizar sobre o

preconceito. Os conteúdos a serem ministrados são conteúdos transversais que devem ser trabalhados e inseridos junto com as demais disciplinas. O trecho presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais preconiza que:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros dependem necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. (BRASIL, 2004, p.29)

A escola deve ensinar aos alunos a história antiga e atual da África, mostrando a cultura e as influências desse povo em nossa sociedade. Para iniciar o trabalho de maneira que facilite a compreensão dos alunos, é preciso combater a visão racista, a qual algumas pessoas ainda têm, através da compreensão e da aceitação das diferenças. O sucesso da implementação dessa lei, depende de um trabalho conjunto, que começa desde as recomendações propostas até o papel de gestores e professores da escola. As questões trabalhadas pela lei 10.639/03 trouxeram vários desafios para o corpo docente das escolas dentre estes destacamos: a preparação dos professores, o material didático adequado sobre a temática e o acompanhamento das instituições de ensino. É preciso desenvolver um trabalho de capacitação e especialização para os professores terem uma melhor compreensão sobre a temática, um material didático adequado e um acompanhamento da instituição na adequação do trabalho dos professores dentro da lei 10.639/03. Como alega Souza,

No meu entender, ao tratarmos de assuntos africanos em geral e História da África em particular, devemos partir do princípio de que temos pouca, ou mesmo nenhuma familiaridade com os temas relativos ao continente africano. Dessa forma, o estudo e a pesquisa são requisitos fundamentais para adquirirmos essa familiaridade e aprofundar o estudo sobre a África. (SOUZA, 2012, p. 23)

Alguns professores têm algumas concepções equivocadas sobre o trabalho com as relações étnico-raciais em sala de aula, alguns pensam que o trabalho com essa temática vai acabar influenciando mais ainda o racismo e o preconceito nas escolas, essa é uma concepção errônea, pois, essas questões quando trabalhadas de maneira

adequada fazem com que os alunos compreendam mais sobre a diversidade e estabeleçam um respeito à cerca das diferenças. O ensino da história e cultura Africana e Afro-brasileira pode ser trabalhado na forma de projetos a serem inserido nas disciplinas do currículo oficial, atendendo as exigências da lei, como estas recomendações:

[...] desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares. (BRASIL, 2007, p. 35).

São várias as formas de realizar esse trabalho em sala de aula e fora dela, a inserção de assuntos referentes à história e cultura Africana e Afro-brasileira pode ser trabalhado com diferentes recursos, o importante é não ficar preso somente em datas comemorativas, esse trabalho deve ser contínuo e sequencial atuando de maneira formativa para os alunos.

#### **4 LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03**

Em 2008 a lei 10.639/03 foi substituída pela lei 11.645/08 que incluía a obrigatoriedade também do ensino da história e cultura indígena. Depois de quatorze anos da promulgação da lei 10.639/03 ainda existem escolas que não se adaptaram e não começaram os trabalhos referentes, através de uma entrevista buscando analisar a concepção de uma escola pública do município de Patos de Minas e o trabalho que ela realiza baseado na lei 10.639/03, através de uma pesquisa de campo, analisar a opinião de alunos, professores e supervisores sobre questões de aplicabilidade da lei e a importância do ensino das relações étnico-raciais na escola. A primeira parte da pesquisa foi direcionada para os gestores da escola, a entrevista foi voltada para as duas supervisoras da escola, que responderam juntas todas as questões.

1 ) A escola trabalha a cultura afro brasileira e a africana conforme a lei 10.639/03 ?

**ENTREVISTADAS:** Sim, esses temas são trabalhados na disciplina de história. Através de orientações propostas pelo Ministério da Educação (MEC).

2 ) Na sua opinião qual a importância de trabalhar em sala de aula com o preconceito e as relações étnico raciais ?

**ENTREVISTADAS:** É importante que esse tema seja trabalhado em sala, pela sua dimensão e para a conscientização de todas as pessoas, mas ele não deve ser trabalhado somente quando proposto ou em projetos, mais sim sempre que o professor achar necessário o trabalho com essa temática.

3) O que você acha do programa de cotas para negros, concorda ou discorda?

**ENTREVISTADAS:** Discordo, pois acho que deveriam ser feitas muitas mudanças no sistema de cotas, ele devia ser reformulado e com regras unificadas, pois muitas vezes acaba por explicitar ainda mais o preconceito.

4) Como é detectado a desigualdade social na escola?

**ENTREVISTADAS:** A forma de detectar as desigualdades sociais presentes na escola é através do convívio, e intervir sempre que possível. O professor deve sempre que achar necessário trabalhar sobre o tema para conscientizar os alunos.

5) De que maneira os assuntos da lei **10639/2003** deveriam ser inseridos no cotidiano dos alunos?

**ENTREVISTADAS:** A lei pode ser inserida em todo o conteúdo de história, na matéria de história já existem situações relacionadas a cultura africana e afro descendente. Através do conteúdo presente no currículo o professor pode relacionar o conteúdo proposto e trabalhar em cima disso as relações étnico-raciais, um tema leva ao outro.

6) Esta escola é pública, como o MEC acompanha a inserção do conteúdo da Lei nº 10.639 no currículo desta escola?

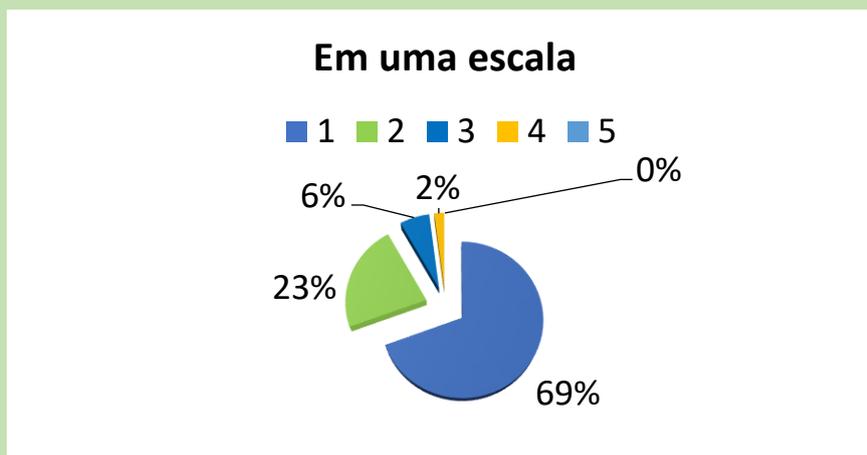
**ENTREVISTADAS:** O MEC propõe a inserção do conteúdo principalmente através de projetos, e é possível que ele acompanhe através de documentos, como ofícios e relatórios das atividades desenvolvidas.

## 5 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Esse questionário foi aplicado a três professores do ensino fundamental e três professores do ensino médio, as perguntas foram formuladas, através de uma escala de importância, sendo que cinco (5) é considerado muito importante, e um (1) pouco importante. Através dessa pesquisa com os professores busca-se entender como acontece o trabalho da lei 10639/03 em sala de aula e a opinião dos professores sobre essa temática. Os resultados foram demonstrados através de gráficos.

1 - Pra você qual o grau de importância do trabalho da cultura africana e afro brasileira em sala de aula?

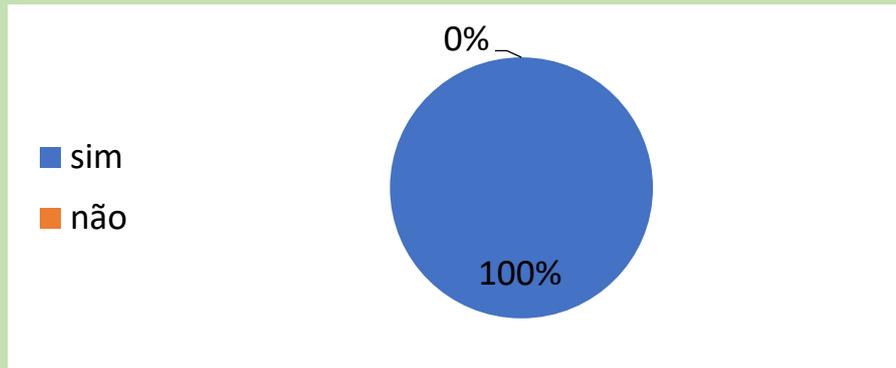
**Gráfico 1 - Importância do Trabalho**



Fonte: Elaboração própria

2 - Você acha que o preconceito ainda é muito presente nas escolas?

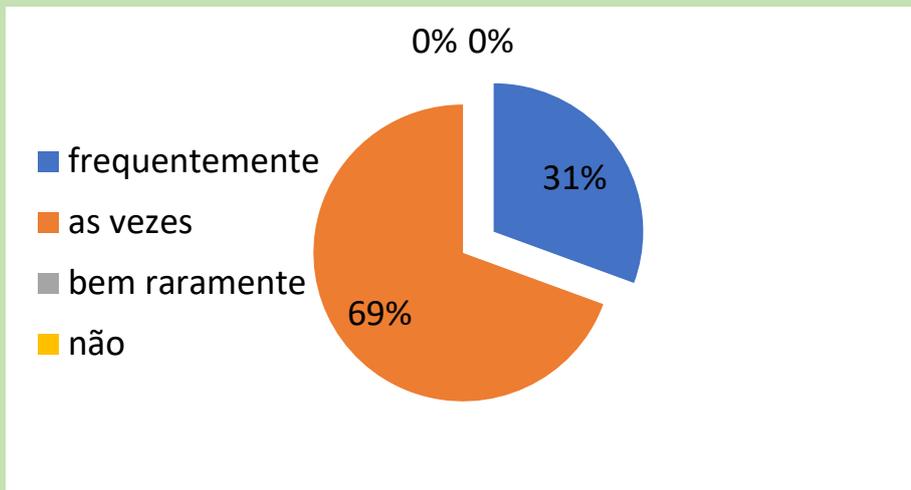
**Gráfico 2 - Presença do Preconceito na Escola**



Fonte: Elaboração própria

3 - Você enquanto professor procura conscientizar seus alunos sobre a importância de respeitar e entender as diferenças?

Gráfico 3 - Conscientização dos alunos



Fonte: Elaboração própria

4 - Sobre as cotas raciais nas universidades você concorda?

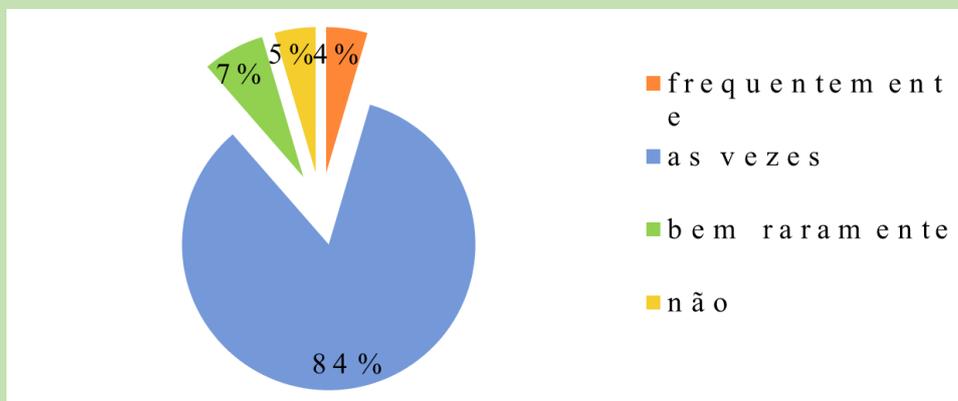
Gráfico 4 - Cotas Raciais



Fonte: Elaboração própria

5 - No seu convívio social e no seu ambiente de trabalho você sofre ou vê alguma forma de preconceito?

Gráfico 5 - Preconceito no Convívio Social e no Trabalho



Fonte: Elaboração própria

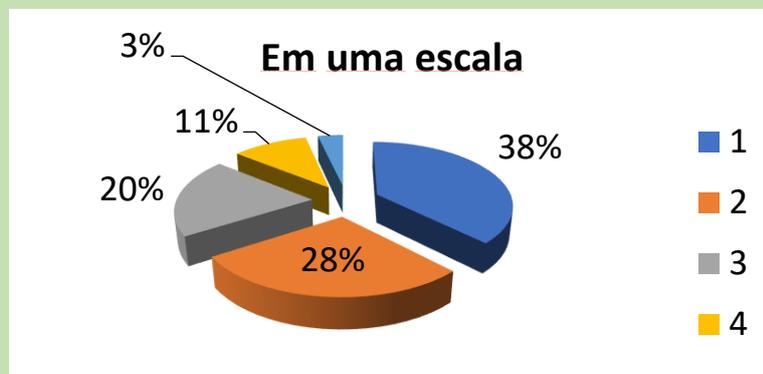
## 6 QUESTIONÁRIO APLICADOS AOS ALUNOS

Esse questionário foi aplicado a 85 alunos do 9° e 3° ano, através de escala de importância e alternativas, o propósito da pesquisa com os alunos é verificar se realmente

esse ensino está presente na sala de aula, e como isso os conscientiza sobre as questões raciais, além de saber como é o cotidiano em sala de aula, se o racismo ou as desigualdades sociais são presentes. Os resultados foram explicitados por meio de gráficos.

1- Em sua escola há discussões sobre a cultura africana e afro brasileira em sala de aula?

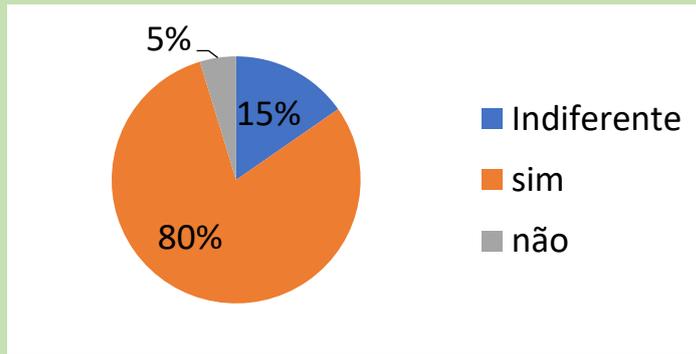
**Gráfico 6 - Cultura Africana e Afro-Brasileira na Escola**



Fonte: Elaboração própria

2 - Em sua escola há experiências preconceituosas em relação as etnias (negros, índios etc.)

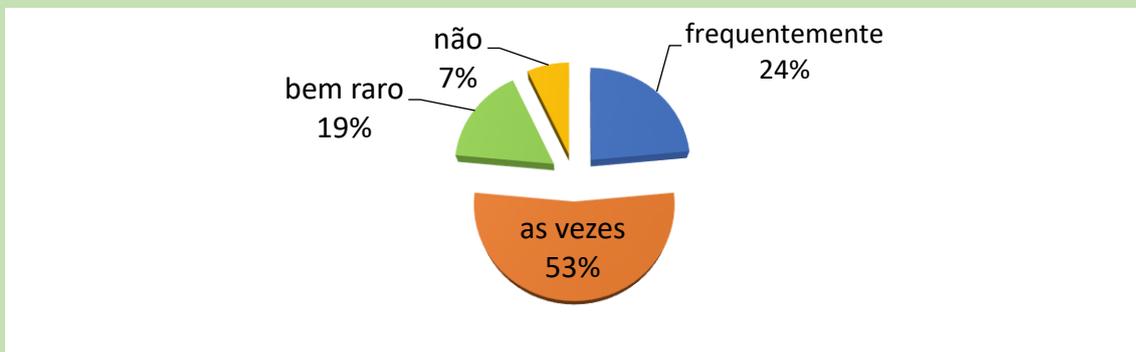
**Gráfico 7 - Experiências Preconceituosas**



Fonte: Elaboração própria

3 - Você enquanto aluno(a) procura conscientizar seus colegas, professores, familiares ou amigos sobre a importância de respeitar e entender as diferenças?

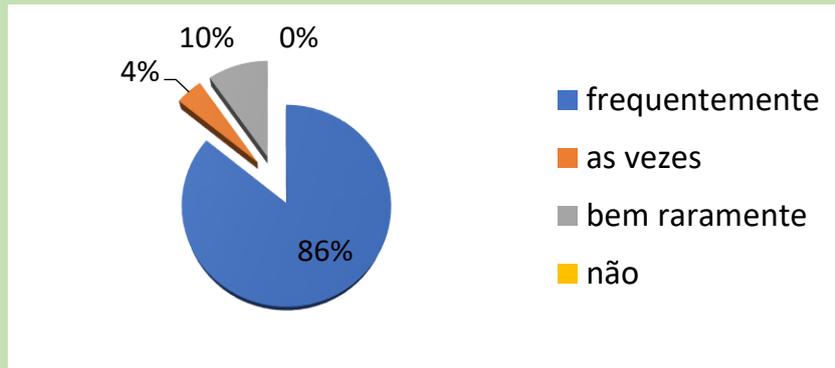
**Gráfico 8 - Conscientização dos colegas, amigos e professores**



Fonte: Elaboração própria

4 - No seu convívio social você sofre ou vê alguma forma de preconceito?

**Gráfico 9 - Preconceito no Convívio Social**



Fonte: Elaboração própria

5 - Sobre as cotas raciais nas universidades você, concorda?

Gráfico 10 - Cotas Raciais na Universidade



Fonte: Elaboração própria

## 7 ANÁLISE DE DADOS

**Supervisão pedagógica** - Através do questionário aplicado á supervisão pedagógica é possível compreender que os gestores da escola conhecem a lei 10.639/03 e dão

orientações para os professores realizarem os trabalhos com essa temática em sala de aula, na entrevista elas enfatizam que os assuntos a serem tratados podem ser incluídos principalmente na disciplina de história e compreendem que esses assuntos têm que estar presentes no cotidiano escolar, e devem ser trabalhados sempre que o professor compreender que seja necessário. A partir das respostas das supervisoras, foi possível compreender que essa escola na parte pedagógica realiza um trabalho institucional com as questões da lei 10.639/03.

**Professores** - Foi possível através das perguntas, perceber que a maioria dos professores acham importantes os assuntos da lei 10639/03, e que devem ter seu espaço em sala de aula. Todos os professores concordaram que o preconceito ainda é muito presente nas escolas, mas somente uma minoria trabalha esse assunto frequentemente, já a maioria só trabalha com esses assuntos quando lhe é exigido. Quando perguntados sobre suas opiniões do sistema de cotas para negros, a maioria discorda e são poucos os que concordam com o sistema de cotas.

**Alunos** - A maioria dos alunos respondeu que os assuntos das relações étnico raciais quase não são trabalhados em sala de aula, e quase não existem discussões acerca desse tema. Eles relatam também que o preconceito é muito presente no ambiente escolar, quando questionados se conscientizam seus amigos e família sobre a importância de combater o racismo responderam que somente fazem isso as vezes. Uma grande parte dos alunos identifica o preconceito como frequente em seu convívio social, seja diretamente ou indiretamente. Sobre as cotas raciais a maioria também não concorda.

**Análise Geral:** Analisando os questionários é possível compreender que mesmo a maioria das pessoas achando a temática muito importante, pouco se é trabalhada sobre ela, vamos muitos projetos e ideias que não saem do papel, mesmo entendendo que o racismo ainda é presente no ambiente escolar e também no convívio social, poucas são as intervenções feitas. Essa lei está presente no currículo da escola, na parte da supervisão pedagógica lhe é exigido o trabalho pelo MEC, muitas vezes através de projetos que não tem uma sequência e que são trabalhados poucas vezes, e na maioria das vezes são trabalhados somente em datas comemorativas. Alguns professores tentam inserir a temática proposta no trabalho em sala de aula, já outros fazem apenas quando lhe são exigidos, o reflexo disso são as respostas dos alunos. Nas pesquisas tanto supervisão, professores e alunos

discordam do sistema de cotas em universidades.

## **8 RELAÇÕES ENTRE A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E OS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS**

Através de uma pesquisa bibliográfica foi possível identificar o quanto as situações de racismo ainda são presentes no Brasil. Em uma análise do contexto histórico entender como os negros e escravos foram privados de direitos principalmente da educação, e como isso reflete nos dias atuais. É possível compreender também o como esse tema ainda não tem a importância devida, além da mistificação da cultura africana e afro brasileira, a lei 10639/03 já é obrigatória, mais a maiorias das escolas ainda não se adaptou, ou mesmo as escolas que trabalham essa lei, muitas vezes não trabalham da forma adequada, como nas propostas e normas estabelecidas pelo MEC. Na pesquisa de campo percebemos que realmente o preconceito ainda é muito presente na nossa sociedade e que muitas vezes poucas são as intervenções feitas, seja no ambiente escolar ou no ambiente social. Identifica-se também a importância do papel do professor no entendimento e conscientização de seus alunos, os reflexos do trabalho ou não dessa temática é perceptível.

Para ajudar os professores a selecionar alguns aspectos que podem ser trabalhados nas diferentes etapas de ensino no decorrer de todo o ano, o MEC elaborou alguns materiais de apoio que estão disponíveis para consulta no site oficial do Ministério, assim como as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais estas questões devem ser enfatizadas no trabalho com as questões raciais pois são mais compreensíveis conforme a idade e conhecimento de mundo dos alunos. Do 1º ao 5º ano deve-se começar com o trabalho de forma a valorizar e introduzir as culturas indígena e africana do 6º ao 9º ano discutir as questões ligadas ao preconceito e no Ensino Médio intensificar o debate sobre o preconceito de raça.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É possível concluir através dessa pesquisa o quanto esse assunto é presente em nosso cotidiano, e que mesmo com a implementação de leis e propostas curriculares, muitas vezes se é dada pouca importância para essa temática. A iniciativa desse trabalho deve partir do próprio professor, ele deve se informar e entender o quanto esse tema é importante na formação social dos seus alunos. O preconceito virou algo cultural, tudo o que nos é ensinado trata o preconceito como algo muitas vezes ‘normal’, mais é preciso quebrar essa visão. Todos têm direitos iguais e o preconceito além de ser um crime é algo que empobrece nossa cultura e mancha nossa relação social. O ensino da cultura africana e afro-brasileira vem para mostrar a importância dessa cultura na formação da nossa própria cultura, e o quanto essas relações foram importantes para a construção da nossa nação. A conscientização é importante para diminuir cada vez mais o racismo e dar a importância da cultura africana como formação também da cultura brasileira.

O cumprimento da lei 10.639/03 depende de um trabalho interligado, partindo das normas e materiais pedagógicos adequados, o papel dos gestores das escolas é fundamental para a implementação de projetos e adequação de conteúdos para serem trabalhados pelos professores em sala de aula, o trabalho dos professores faz toda a diferença, quando o trabalho é executado de maneira compreensível e que envolve os alunos nas discussões, fazendo com que eles se interessem e se conscientizem, de maneira que possam fazer a diferença na sociedade tornando-se cidadãos conscientes sobre a diversidade presente em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das**

**relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnicorraciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03.** 2012. Disponível em: <[http://etnicorracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/Etnico%20Racial\\_educaca-para-todos\\_36\\_miolo.pdf](http://etnicorracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/Etnico%20Racial_educaca-para-todos_36_miolo.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2017.

COELHO, Wilma, **Estudos sobre relações étnico-raciais e educação no Brasil.** São Paulo: Livraria da física, 2016. 336p.

LOPES, Ana Lúcia. Educação. Africanidades - Brasil. In: **Currículo, Escola e Relações Étnico-raciais.** DF; MEC; 2006. (p.13-47)

FERREIRA, A.; BITTAR, M. **Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial.** São Carlos: Cortez, 2000.

SILVA, Petronilha. **Aprender, ensinar e as relações étnico-raciais no Brasil.** Porto Alegre; Universidade de São Carlos; 2007.

SOUZA, Marina de Mello e. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. **Revista História Hoje**, v.1, 2012. Disponível em <<http://rhhj.anpuh.org/ojs/index.php/RHHJ/article/view/3>>. Acesso em 18 fev. 2017.

VIEIRA, Isabella. **IBGE: negros são 17% dos mais ricos e três quartos da população mais pobre.** Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre>>. Acesso em: 14 maio 2017.